

*“Maturidade psicológica e entrada no primeiro ano de escolaridade obrigatória”*

A escola começa antes das letras. Começa na capacidade de esperar, separar-se, confiar e aprender sem desorganização e com motivação.

A entrada no primeiro ano de escolaridade não pode ser uma decisão imponderada e impulsiva, nem um hábito social, nem uma conveniência dos adultos e da própria escola, e muito menos uma matriz centrada em crenças caducas e fomentadoras de perturbações do desenvolvimento. É uma transição franca, cujos determinismos psicológicos exigem adequação ponderada à luz da maturidade psicológica da criança. Essa maturidade não se resume ao que a criança já sabe fazer. Inclui, acima de tudo, organização afectiva, capacidade relacional, tolerância à frustração e adaptação à regra. Exige os manifestos da transição do princípio do prazer imediato para os desígnios do princípio da realidade.

Antes dos 6 anos, a criança pode revelar competências pontuais. Pode reconhecer letras, contar, repetir conteúdos. Isso, porém, não basta. A escola deverá exigir, e fomentar, bastante mais do que desempenho. Exige um mínimo de estabilidade interna para suportar a separação da família, o lugar no grupo, a autoridade da figura do professor e suportar a eventual frustração inerente à aprendizagem.

Quando a entrada é antecipada, a criança pode ser empurrada para uma exigência superior ao seu tempo psíquico. Do ponto de vista desenvolvimental, esta antecipação pode ter custos clínicos. A criança pode responder com sinais de desajustamento: desinvestimento, cansaço, retraimento, oposição, choro, agitação ou evitamento. Muitas vezes, estes sinais são mal interpretados. Não traduzem défices individuais, má educação nem falha moral. Traduzem, com frequência, desajuste entre a exigência do meio e o nível de desenvolvimento da criança.

Do ponto de vista psicodinâmico, a entrada precoce pode instalar vivências de insuficiência, de culpa e de menos-valia. A criança sente que não corresponde ao estipulado e esperado. Se o meio insiste, a tensão aumenta. Se o meio acusa, a ferida aprofunda-se. A consequência pode ser uma adaptação frágil (ou inadaptação), com custos emocionais que a escola (família e mesmo os serviços de saúde) nem sempre reconhece a tempo e, desta forma, eternizam-se modelos de patologização da criança, pela insistência na conveniência externa à criança.

A maturidade escolar avalia-se, portanto, pela forma como a criança se organiza perante o novo. Mede-se pela capacidade de se ligar, esperar, simbolizar e aprender sem colapsar internamente. A idade cronológica importa precisamente porque o desenvolvimento tem tempo próprio. Não deve ser encurtado por pressa do exterior.

A decisão de ingresso deve ser prudente, com fundamentação científica e centrada na criança. A escola só cumpre a sua função quando respeita o desenvolvimento. Quando o antecipa sem critério válido e conforme a criança, arrisca fragilizar aquilo que devia proteger. Respeitar o ritmo da criança não é atrasar o seu percurso. É garantir condições para que aprenda com segurança, confiança, sentido e que participe, como protagonista e devida orientação centrada em si, no seu constante padrão vital.

*Márcia Barbosa e Paulo Correia, Psicólogos clínicos - ULS Barcelos/Esposende.*